

PMDB pode rachar em janeiro

Esquerda cobra convenção para saber quem sai do partido

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães será procurado, nos próximos dias, por um grupo de "autênticos" do partido, à frente o senador Fernando Henrique Cardoso (SP). Deles o presidente ouvirá a proposta de realização de uma convenção extraordinária peemedebista — em janeiro ou fevereiro — na qual se possa identificar o grau de descaracterização da legenda e, a partir daí, definir quem está disposto a seguir a linha programática do partido e quais seriam os "inquilinos" do PMDB.

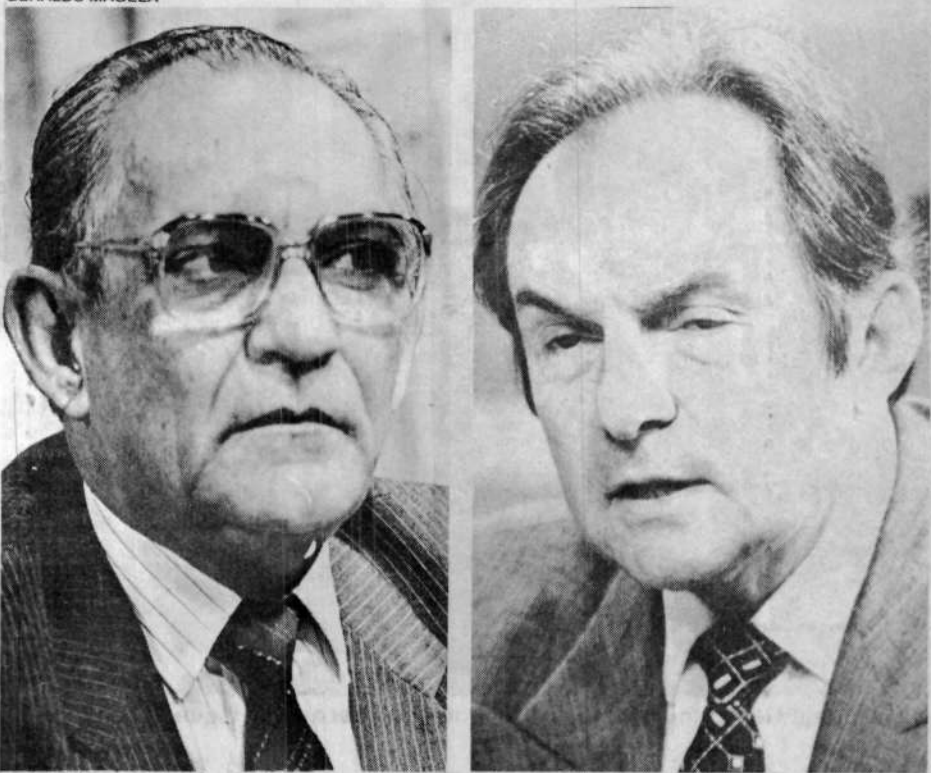
A convenção nacional ordinária está marcada para junho, mas para Fernando Henrique, se faz necessário "precipitar a crise dentro do partido", já que "é preciso reconhecer a realidade de que hoje não há mais PMDB". A necessidade de se antecipar a "briga" interna na legenda vem, no entendimento do senador, da premência do tempo. Se se protelar muito a definição sobre quem é quem dentro do PMDB, não restarão alternativas aos descontentes. Realizada a convenção no começo de 88, ainda haverá tempo para a articulação de um novo

partido, em tempo hábil para concorrer às próximas eleições, inclusive municipais.

"Se nós deixarmos a dinâmica do partido prevalecer, e se nesta dinâmica prevalecerem os interesses fisiológicos da luta por cargos, nós não teremos alternativas" — afirma Fernando Henrique, um dos que pensam em fundar uma outra legenda, retirada do grupo "histórico do PMDB, alguns parlamentares do MUP e outros deputados e senadores.

Diante da "evasão" de grande número de peemedebistas para o Centrão, o senador Fernando acha impossível ignorar a implosão do partido e começa a articular uma ação interna (a convenção extraordinária) e uma interna à Constituinte, com a formação do grupo do entendimento — que reúne moderados do PMDB e de outras legendas. Com este trabalho o senador espera atrair para os moderados, parlamentares que se fixaram no Centrão, mas principalmente verificar qual é o nível de recomposição que o PMDB pode ter até o final da Constituinte.

GERALDO MAGELA



Egídio e Cabral: para eles, ao retardar o jogo, Centrão ajuda os cinco anos

Centrão faz o jogo do Governo, diz esquerda

Covas só sai com expulsão

O senador Mário Covas afirmou ontem que não se sente um derrotado e nem pretende sair do PMDB "a menos que seja expulso". Reconhece que a hipótese existe mas nunca pelo fato de ser candidato e buscar outra legenda. Ele sairá do partido quando admitir que o partido não cumpre mais os seus objetivos. Por enquanto "o PMDB pode cumprir e há margem de luta para que se faça isso", ressaltou.

Covas reconhece que as teses, por ele defendidas, não foram as vitoriosas mesmo porque "a vida parlamentar é assim mesmo, luta-se, disputa-se e ganha-se ou perde-se". Lembrou ser um dos signatários da formação do antigo MDB, hoje PMDB, cujo objetivo era fazer o partido dos seus sonhos e não "para esperar até que determinadas coisas aconteçam". "A hipótese de sair de um partido existe na cabeça de qualquer parlamentar, mas eu só sairei quando instrumentos inviabilizarem esse partido dos meus sonhos, mas ainda não chegou nesse ponto", afirmou.

O senador queixou-se de que ninguém divulgou o real motivo do impasse que inviabilizou o acordo durante a reunião de anteontem, no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele afirma que logo no início da reunião, o Centrão colocou como primeira condição para que o acordo fosse fechado, a prorrogação, para janeiro, dos prazos para apresentação de emendas.

O argumento levantado pelo Centrão para pedir prorrogação nos prazos era o de que haveria tempo para articulações, o que facilitaria a etapa de votações em plenário. Ou seja, perderia-se tempo agora, mas ganharia-se durante as votações, já com os entendimentos encaminhados.

Mário Covas lembrou que se o Regimento tivesse sido aprovado na quinta-feira, o prazo de sete dias para apresentação de emendas já teria iniciado, segundo de mais sete para o parecer do relator e três outros para apresentação de destaques. Assim, o plenário poderia começar

seus trabalhos no dia 10 de janeiro. Tendo início a 4 de janeiro, o período para proposição de emendas, como querem os centristas, o calendário será totalmente alterado.

De 4 a 11 de janeiro, haverá apresentação de emendas. No dia 12, se dará a publicação. De 13 a 20 de janeiro, o relator dará seu parecer e no dia 21, este será publicado. Nos dias 22, 23 e 24, abre-se o período para apresentação de destaques e no dia 25 de janeiro dá-se a publicação final do texto. Somente a 26 de janeiro é que as votações terão início o que significa um prazo não inferior a 15 dias de diferença, lembrou Covas.

Sobre a formação do novo grupo chamado "moderno", o senador afirma que sua visão é diferente. Para ele, a Constituinte tem como "cimento" os partidos políticos e por mais precários que sejam, devem funcionar, afinal todos foram eleitos por eles.

CONSTITUIÇÃO

A futura Constituição, na opinião de Mário Covas, será conservadora "mas nem tanto quanto se divulga", porque será dividida por assuntos. Lembrou que durante as votações em plenário, haverá majorias flutuantes, que irão atuar de forma diferenciada nos diversos artigos e capítulos. Ainda assim, acredita que o texto será mais conservador do que o aprovado pela Comissão de Sistematização.

O senador criticou a versão que vem sendo atribuída ao texto constitucional de ser este, muito estatizante e contrário ao capital estrangeiro. Desafiou alguém a apontar algum dispositivo que vete a entrada de capital de fora e lembrou que há somente um caráter estatizante que é no capítulo referente à exploração de minérios em áreas indígenas e de fronteiras. "E isso, muitos países adotam", afirmou, acrescentando que esta será a única Constituição no mundo que define empresa nacional de capital estrangeiro.

Nem mesmo a questão relativa à distribuição do petróleo, que gerou grande reação, foi estatizada pela Sistematização e sim, nacionalizada. Mesmo assim, acredita que esse dispositivo será derrubado no plenário da Constituinte.

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

A prorrogação nos prazos para apresentação de emendas, somente para janeiro, como pretende o Centrão, atende aos interesses do governo que deseja ganhar tempo com o adiamento para reverter questões como mandato presidencial e sistema de governo. A avaliação é do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) que acusa o Centrão de cometer uma irresponsabilidade ao retardar as discussões a partir do momento em que seus integrantes, na sessão de anteontem, "se retiraram e foram para casa".

Com o atraso nos prazos para apresentação de emendas, o plenário da Constituinte verá o início de seus trabalhos comprometidos. A promulgação da nova Carta Magna será retardada e assim, haverá prejuízo para as eleições no próximo ano. A Constituinte poderá até convocar eleições, estabelecendo uma data posterior à promulgação da Constituição, mas, politicamente, o processo eleitoral sofrerá um desgaste.

Essa hipótese é confirmada pelo deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) por entender que o governo quer a protelação dos prazos, para evitar as eleições no próximo ano. "Mas isso é meio fantasioso porque a Constituinte pode convocar eleições para três meses após a promulgação da nova constituição", disse. Já o senador Mário Covas não admite que o Centrão esteja trabalhando em fun-

ção dos interesses do governo mas reconhece que "tem gente nesse grupo com esses mesmos objetivos".

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) disse que "não tem provas para fazer tais afirmações". Segundo ele, fazer eleição no próximo ano é um valor; conseguir um texto constitucional é outro valor. Por isso, não pode sacrificar o segundo, na suposição de que há manobras sobre o primeiro.

O Centrão tem 280 parlamentares e se eles quiserem, podem protelar, afirma o deputado petista. Para ele, os centristas foram assessorados por técnicos da ditadura e empregam os mesmos métodos do regime anterior que era do esforço concentrado para aprovação de grandes pacotes.

Um dos líderes do Centrão, deputado José Lourenço (PFL-BA) nega que o seu grupo esteja agindo conforme interesses do governo. "N-ao trabalho em função de interesses do governo mas do País e ninguém no governo me procurou com esse objetivo".

REGIMENTO

O deputado Egídio Ferreira Lima defendeu ontem no programa Telemanhã da TV Brasília, a vigência do atual Regimento Interno, ou seja, o aprovado no início do ano. Para ele, o deputado Ulysses Guimarães, como presidente da Constituinte, deveria ser mais enérgico e abandonar a reforma do Regimento e "tocar a Constituição com o Regimento que está em vigor". Como o substitutivo

da Mesa, votado nesta semana ainda não está totalmente aprovado — para isso é necessário que todas as emendas sejam votadas — Egídio acredita que o atual Regimento pode funcionar para que os trabalhos no plenário da Constituinte tenham início o mais rápido possível, até mesmo na próxima semana.

Plínio de Arruda Sampaio considerou esta, uma posição correta e acredita que o substitutivo da Mesa não irá vingar. Para o senador Mário Covas isso não será mais possível porque os prazos, que seriam contados a partir do final dos trabalhos da Comissão de Sistematização, já terminaram. Enquanto que o deputado Aldo Arantes acredita ser mais fácil, os partidos de esquerda retirarem suas emendas e, automaticamente, o substitutivo da Mesa estará aprovado. Ele alega que, não havendo matérias que modifiquem o texto do Regimento aprovado nesta semana, não será preciso haver votação para a redação final do substitutivo. Assim, os prazos para apresentação de emendas já começam a correr.

Mas se isso acontecer o Centrão promete vir com chumbo grosso. Quem garante é o líder do PFL, José Lourenço. "Se eles fizerem isso, nós vamos fazer substitutivos inteiros por títulos e vamos elaborar uma constituição toda nova", ameaça. José Lourenço acrescenta que "se eles querem colocar um punhal nas nossas costas nós vamos colocar um pela frente".

Cabral: atraso ajuda os 5 anos

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), criticou ontem o novo adiamento no calendário da Assembleia, que só voltará a funcionar no dia 4 de janeiro, embora haja sess-ao marcada para terça-feira. Para ele, a protelação favorece aqueles que querem cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e aos que estão interessados na desmoralização da Constituinte.

Já os líderes do Centrão, que propuseram os novos prazos, concordam que na prática é inviável realizar eleições presidenciais em 88. A justificativa de que o adiamento se fazia necessário para que nos próximos dias os constituintes se dedicassem às negociações

temáticas calu no vazio. Desde ontem, o Congresso vive um recesso branco, que nem mesmo a greve do aeroviários conseguiu evitar.

Segundo Bernardo Cabral, esta paralisação nos trabalhos implica no crescimento da desconfiança popular na Constituinte. Ao mesmo tempo, ele acha possível que algumas lideranças aproveitem o recesso para buscar o entendimento. Criticou ainda o tempo perdido com a discussão regimental.

Os líderes do Centrão, no entanto, responsabilizaram as esquerdas pelo retardamento do início das votações, segundo o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), os centrista pro-

puseram o adiamento do prazo para apresentação de emendas ao projeto de Constituição, mas contavam com o fato da Assembleia terminar a votação do Regimento Interno neste ano. Como o grupo não pretende contribuir com o quorum para a sess-ao da próxima terça-feira, o Regimento Interno só será decidido nos primeiros dias de janeiro.

Quanto às declarações do deputado Bernardo Cabral, que viu no adiamento uma manobra daqueles que desejam assegurar cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, Lourenço disse que "não serão 15 dias a mais ou a menos que poderão mudar a data da eleição presidencial".